

PRESENÇA DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E AS COLIGAÇÕES NAS 10 MAIORES CIDADES DA MESORREGIÃO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS: UMA SÉRIE HISTÓRICA 2000 A 2016

Zara Rego de Souza ¹

Antonio Carlos Andrade Ribeiro ²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise descritiva da inserção dos partidos políticos brasileiros na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Consideramos a presença das legendas nos 146 municípios e a análise de coligações eleitorais formadas nas 10 maiores cidades da região. Analisamos as informações sobre as eleições municipais ocorridas nos anos de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016 disponíveis no sítio do TSE utilizando a linguagem R e o *Software Pajek*. Comparamos o desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais considerando o número de cadeiras legislativas e prefeituras conquistadas. O estudo permitiu a construção de um painel com a evolução das organizações político-partidárias na mesorregião. A partir da descrição dos dados identificamos tendências do comportamento organizacional que serão investigadas em outras etapas da pesquisa sobre a atuação dos partidos políticos na região.

Palavras-Chave: Partidos Políticos. Eleições Municipais. Redes organizacionais.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas. Bolsista de iniciação científica PROBIC/UNIFAL.

² Professor de Ciência Política na Universidade Federal de Alfenas

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo analisar descritivamente a inserção dos partidos políticos brasileiros na Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Pouco se tem investigado sobre a atuação dos partidos políticos nas pequenas cidades do interior. Geralmente, a literatura destaca a fragilidade das organizações partidárias nas cidades que “rendem pouco voto” como consequência da imersão em contextos marcados fortemente por relações de dependência e fortemente hierarquizadas. Além do fato de serem deixadas à deriva pelas cúpulas nacionais e estaduais nas cidades que apresentam menor ou nenhum potencial estratégico (RIBEIRO, 2013). A análise descritiva dos dados sobre os processos eleitorais nas cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais se justifica, então, ao se inserir neste quadro como uma análise da atuação dos partidos políticos em cidades sem 2º turno. Considera-se ainda o fato dessa mesorregião de Minas Gerais reunir cidades que variam de tamanho entre 1.727 a 152.435 habitantes e com Índice de Desenvolvimento Humanos Municipal variando entre 0,643 e 0,787 (IBGE, 2010).

Os dados analisados foram coletados do sítio do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) utilizando a linguagem R e dizem respeito às eleições municipais entre os anos de 2000 e 2016. As seguintes questões orientaram a análise: quais são os partidos políticos que disputaram recorrentemente as eleições municipais? Quais partidos políticos ganharam as eleições nesta mesorregião do estado? Os partidos diferenciaram suas estratégias em relação ao número de candidatos lançados? Como os partidos se comportaram em relação a formação das coligações para o executivo nas 10 maiores cidades? Para responder estas questões empregamos técnicas de análise quantitativa e de análise de redes sociais. Do ponto de vista quantitativos foram elaboradas e descritas tabelas e gráficos. Também criamos indicadores de desempenho dos partidos políticos considerando o número de candidatos e eleitos; o número de eleitos e o número de votos conquistados; e o número de vezes que lideram coligações. Do ponto de vista da análise de redes sociais, analisamos as coligações nas 10 maiores cidades na região considerando o número de vezes que os partidos políticos repetem a coligação nas cidades da região.

O estudo segue estruturado em duas seções: (1) uma revisão da literatura, sobre partidos políticos e seu comportamento, coligações e o sistema partidário

com o objetivo de apresentar alguns conceitos e questões pertinentes à nossa análise; e (2) a apresentação e discussão dos dados coletados com o intuito de responder as questões iniciais que orientaram a análise, seguida de algumas considerações.

2. PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Ao realizar um estudo sobre os partidos políticos brasileiros, deve-se ter em mente que estes vivenciaram períodos de atuação e negação ao longo da história. Em determinado momento, os partidos são vistos como ameaça, levando o Estado a reconhecer a existência de poucos partidos políticos. Esta posição pode resultar em uma legislação mais rigorosa quanto a permissão para se criar novas organizações. O caso, do bipartidarismo brasileiro no período do governo militar ilustra este comportamento, quando o sistema partidário constituído era composto por MDB e ARENA³. Na atualidade, o Estado brasileiro pós-redemocratização legítima, através da legislação eleitoral, o multipartidarismo. Assim, favorece a coexistência de vários partidos políticos que visam representar os múltiplos interesses presentes e organizados na sociedade brasileira.

Por partidos políticos, entende-se, aqui, organizações centrais nas democracias contemporâneas cuja principal finalidade é disputar eleições para ocupar cargos no governo. Os partidos políticos atuam em diferentes frentes e desenvolvem profundas relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários. Eles disputam com outras associações pela canalização de interesses dos diversos grupos que conformam a sociedade civil (BRAGA, 2010). De uma perspectiva minimalista, Downs (1999), define partidos políticos como uma equipe de indivíduos que procuram controlar o aparelho de governo através da obtenção de cargo numa eleição. O modelo de análise das democracias modernas proposto pelo autor, destaca que eleitores e políticos agem racionalmente para alcançar seus objetivos. Deste ponto de vista, partidos buscam maximizar o apoio político para se reeleger quando fazem parte do governo ou para ganhar eleições quando são oposição. Partidos são, portanto, organizações que lutam pela conquista dos votos dos eleitores. Enquanto atores racionais, eles estabelecem

³ O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) foram os dois partidos que dividiriam a cena política brasileira após o ano de 1964, sendo que o MDB era o partido de oposição e a ARENA o partido aliado ao governo vigente.

alianças interpartidárias temporárias que maximizam as chances de ocuparem cargos no governo.

Przeworski (1994, p. 26) destaca outra característica dos partidos contemporâneos ao propor uma definição da democracia contemporânea como um sistema em que habitam vencedores e perdedores, ou seja, “um sistema em que partidos perdem eleições”. Nesse sentido, a vitória de um partido não é o resultado mais importante da democracia atual, ao contrário, a qualidade da democracia está associada à capacidade de garantir que partidos perdedores continuem disputando eleições. Organizações político-partidárias aparecem neste argumento como atores que sustentam uma expectativa de ganho futuro. Elas agem racionalmente considerando as regras e recursos disponíveis no jogo político. Partidos políticos aceitam a derrota porque as instituições da democracia garantem a possibilidade permanente de participarem de novas competições criando a expectativa de vitórias futuras.

Na ampla gama de estudos sobre os partidos políticos brasileiros, um tema relevante refere-se ao grau de institucionalização do sistema político (MAINWARING; TORCAL, 2005). Por um lado, uma parte dos estudos destacou este sistema como formado por organizações partidárias debilmente organizadas, sem interesse em atrair novos filiados e em promover canais internos de participação, apoiados por uma militância de base restrita aos momentos eleitorais sem capacidade de influenciar suas decisões, com baixa atividade fora do período eleitoral e funcionando como agências formais para obter mandatos. Por outro lado, outros estudiosos, ao mudar o foco de análise da arena eleitoral para a arena parlamentar contribuíram para a construção de uma nova imagem das organizações no sistema político brasileiro. Sob este prisma, destaca-se que tais organizações são capazes de disciplinar e manter coesas suas bancadas no âmbito legislativo. Os líderes partidários são apontados como atores com poder para fazer valer suas indicações e dotados de recursos que tornam os partidos elementos essenciais na formação e sustentação dos governos. Mesmo na arena eleitoral, os estudos mais recentes têm mostrado que os maiores partidos do sistema alcançam votações cada vez mais nacionalizadas e tem despertado uma identificação partidária mais consistente com setores da população que apresenta menos variações a médio e longo prazo (LUCAS; SAMUELS, 2011; NEIVA, 2011; MELO; GUARNIERI, 2011; CÂMARA, 2012; RIBEIRO, 2013; CARREIRÃO, 2014; MELO, 2015).

O debate sobre a atuação das organizações partidárias no Brasil tem revelado em alguma medida que nos últimos anos uma estrutura de competição partidária foi nacionalizada com partidos que estão organizados em todos os estados da federação, a exemplo de DEM, PDT, PMDB, PSDB, PT e PTB. Mesmo nas disputas municipais em eleições estrategicamente pouco atrativas, as principais legendas do país se fazem presentes, variando no grau de autonomia que cedem à organização local das agremiações (RIBEIRO, 2013). Todavia, apesar dos avanços dessa literatura, um dos aspectos fundamentais a serem destacados é a escassez de estudos sobre a dinâmica política no âmbito municipal (LOPEZ, 2004; CARNEIRO; ALMEIDA, 2008; CARREIRÃO, 2014). Sobre esse assunto, Lopez (2004) aponta que há uma ideia de que a política municipal não possui uma grande importância do ponto de vista teórico, sendo assim, pouco relevante para compreender o sistema político de maneira mais ampla.

Todavia, entendemos que a observação do comportamento das organizações partidárias na arena eleitoral municipal pode revelar novos aspectos do papel destes atores no sistema político brasileiro. Considera-se, por exemplo, o papel de mobilização e educação dos eleitores, como o intuito de estimular a participação e criar símbolos para identificação e fidelidade e, assim, simplificar a escolha do voto. Como organizações, os partidos no âmbito municipal recrutam e treinam as lideranças para ocupar governos, bem como articulam e agregam interesses políticos. Ao conquistarem o governo, espera-se que coloquem em prática suas propostas tendo em vista processos eleitorais futuros. Assim, produzem políticas públicas respondendo as responsabilidades pelas ações do governo juntamente com a condução do desempenho da administração (DOWNS, 1999; VEIGA, 2007).

Outro ponto de interesse considerado nas análises apresentadas diz respeito ao caráter multipartidário do sistema partidário brasileiro. A presença de muitos partidos com capacidade de conquistar espaço significativo nos diferentes níveis de governo impulsiona o desenvolvimento de estratégias de cooperação manifestas em coligações para disputas de votos e coalizões pós-eleitoral. Sistemas multipartidários forçam o consenso entre os competidores (LIJPHART, 2003). Relações cooperativas entre partidos no sistema político brasileiro visando a eleição de representantes é algo comum e permitido por lei. Essa prática é conhecida como coligações (ou alianças eleitorais), sendo parte do jogo eleitoral e amplamente discutida na literatura (KINZO, 2005; GUARNIERI,

2011; MACHADO, 2012; LUCAS; SAMUELS, 2011; MELO, 2015; LINHARES; MENDONÇA, 2016). Machado (2012) afirma que as coligações agradam a todos os partidos políticos e que há incentivos institucionais para que seja realizada essa prática. Um aspecto importante analisado é que as coligações evitam que o sistema eleitoral favoreça somente os maiores partidos. Para a autora, a distribuição de cadeiras legislativas no sistema brasileiro é um exemplo do incentivo institucional à prática das coligações, pois a fórmula de repartição de cadeiras dificulta os pequenos partidos a alcançarem o quociente eleitoral. “Os votos são contados como se pertencessem a uma única legenda (a coligação). As cadeiras conquistadas pela aliança eleitoral são preenchidas pelos candidatos com mais voto dentro da aliança – independentemente de seus partidos” (MACHADO, 2012, p. 34).

Em relação às alianças eleitorais, os estudos sobre os partidos políticos apontam um comportamento cada vez mais inconsistente ideologicamente. Por coligações inconsistentes, Carreirão (2006) as classifica como as alianças formadas entre partidos formalmente situados à esquerda e à direita do espectro ideológico. Além disso, haveria no Brasil uma forte tendência de se encontrar poucos partidos intensos em termos de restrição ideológicas quando se passa da esquerda para a direita. Isso reforça a ideia de que as coligações são atrativas para todos os partidos políticos, e está além da questão ideológica (CARREIRÃO, 2014; MACHADO, 2012). Ao realizar um estudo empírico das eleições de 1994 a 2010 para os cargos de deputados (federal e estadual), governadores e senadores, Carreirão (2014, p. 280) aponta que “[...] de 2002 para cá, a ideologia partidária não parece central para estruturar a competição, pelo menos para os cargos de governador, senador e deputado federal”. O mesmo comportamento é observado pelo autor em coalizões de governo em âmbito federal. Embora constata-se uma mudança nos padrões de relacionamento entre os partidos no governo depois do período de 1986 a 2002, os estudos apontam a mesma inconsistência ideológica presente na arena eleitoral. Isso não significa que a questão ideológica foi descartada, mas que perdeu a importância no decorrer do tempo como fator da estruturação do sistema partidário.

A literatura tem apresentado diversos estudos sobre o tema da classificação dos partidos no espectro ideológico, o que é imprescindível para a análise de sua atuação (NOVAES, 1994; RODRIGUES, 2002; FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999). Rodrigues (2002, p. 44) realizou uma pesquisa empírica na 51ª legislatura

da Câmara dos Deputados selecionando 6 partidos para observar a “relação entre os grupos socio-ocupacionais que formam as bancadas e os blocos ideológicos (direita, centro e esquerda)”. O autor observa as profissões dos membros e candidatos, bem como o patrimônio, para analisar as coligações feitas entre os partidos. O resultado é que “o cruzamento dos valores patrimoniais com as profissões/ocupações e com as legendas partidárias mostrou-se congruente com a classificação ideológica dos partidos e com a distribuição socio-ocupacional das bancadas” (RODRIGUES, 2002, p. 59). Linhares e Mendonça (2016) argumentam que os posicionamentos ideológicos dos partidos podem ser encontrados empiricamente a partir dos pronunciamentos dos seus parlamentares, bem como por meio da análise de ações desses atores em votações específicas, tais como medidas provisórias, projetos de lei, políticas públicas, etc. Apesar de ter vários trabalhos sobre o assunto, a literatura não possui ainda um consenso sobre essa classificação. Carreirão (2006) aponta que o continuum esquerda-direita ainda utilizado, talvez não seja mais capaz de afirmar o comportamento dos partidos e seus membros, sendo assim, seria necessário repensar a classificação dos partidos que tem predominado até agora.

Por fim, vale ressaltar a discussão acerca do número efetivo de partidos. Lijphart (2003, p. 88) utiliza do índice desenvolvido por Markku Laakso e Rein Taagepera para calcular o número de partidos existentes em um determinado sistema partidário. Seu estudo passa pela questão de “se devemos contar ou não os partidos menores e, em caso negativo, que tamanho deve ter um partido para ser incluído na contagem”. Suas conclusões demonstram que a força do partido está ligada com a sua efetividade, mas, achar o número efetivo não significa saber o que consiste um partido político.

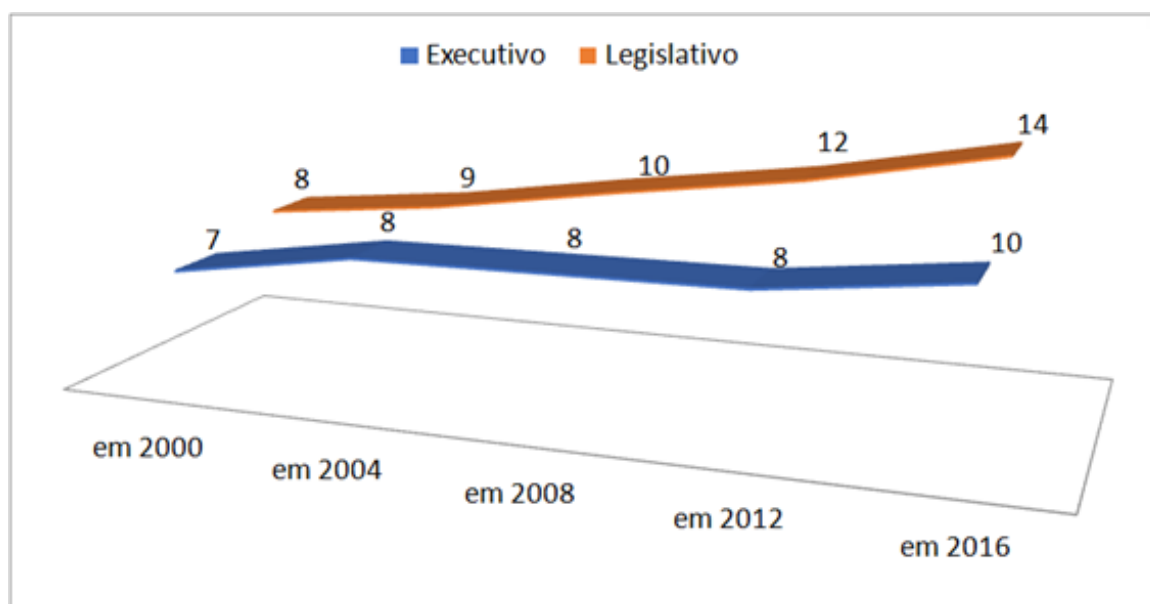
3. PARTIDOS POLÍTICOS E O SISTEMA PARTIDÁRIO NA MESORREGIÃO DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS: apresentação e discussão dos dados

Nesta seção, será apresentado os dados das eleições municipais de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016 sobre a mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Os dados foram extraídos do TSE utilizando a linguagem R; para análise além do R utilizamos os *softwares* Excel e Pajek, respectivamente, para construir os gráficos e sociogramas apresentados. O gráfico 1 mostra o aumento no número

efetivo de partidos (NEP)⁴ na mesorregião analisada. Para realizar este cálculo considerou-se todas as cadeiras em disputa em dois grupos: Poder Executivo e Poder Legislativo. Deste modo, a Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais foi considerada virtualmente uma única arena de representação política. Essa estratégia foi utilizada para contornar uma limitação em nosso banco de dados: a falta de dados nas eleições de 2000 e 2004. Nessas eleições há informações apenas para 81 e 78 cidades, respectivamente.

De 2000 a 2016, o número efetivo de partidos nos legislativos municipais aumentou em 8 para 14, com uma média de 11 organizações e nas eleições para o executivo o número efetivo de partidos passou de 7 para 10, apresentando um média para os cinco anos de 8 organizações. Com base nestes dados observa-se um ganho em representatividade, já que mais organizações vem alcançando espaço nas arenas formais de exercício da política na mesorregião.

Gráfico 1 - Nº de Partidos efetivos na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais no Poder Executivo e Legislativo



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

⁴ O número efetivo de partidos foi calculado dividindo-se 1 pelo somatório do quadrado das proporções de cadeiras obtidas pelos partidos em cada eleição. O NEP indica a quantidade de partidos que contam efetivamente em cada eleição na mesorregião estudada (LIJPHART, 2003). Neste estudo, arredondou-se os valores para números inteiros.

Todavia, quando se analisa o desempenho dos partidos políticos destaca-se que o poder político conquistado encontra-se concentrado em algumas organizações. Embora o sistema partidário tenha aumentado seu potencial para representar interesse, a configuração do sistema partidário na mesorregião analisada revela que o poder político está concentrado nas mãos dos grandes partidos. Na próxima seção, apresentaremos como os partidos se fazem presentes nas arenas formais tradicionais de exercício do poder político na região analisada. Observada a tendência de aumento no número efetivo de partidos, a análise dos dados a seguir mostrará outras informações dessa representação.

3.1 A presença dos partidos políticos na mesorregião

Os gráficos 2, 3, 4, 5, e 6 mostram o desempenho dos partidos na disputa pelos cargos de prefeito e vereadores na mesorregião analisada. Os dados do gráfico 2 referem-se às informações disponíveis no site do TSE para a eleição de 2000 em 81 das 146 cidades da mesorregião, contendo os partidos que conquistaram cadeiras na disputa eleitoral. É possível observar que o PMDB foi o partido que mais conquistou prefeituras (23) e cadeiras legislativas (137), seguido do PFL (atualmente DEM) e do PSDB. Observa-se também o desempenho do PSB e do PSD, considerando que ambos conquistaram 19 e 11 cadeiras legislativas, respectivamente, mas nenhuma cadeira do executivo. Vale destacar que 5 partidos não conquistaram nenhuma cadeira nas cidades analisadas, sendo eles o PAN (incorporado atualmente ao PTB), PC do B, PHS, PRP, PRTB, PSDC, PST (extinto) e PT do B.

O gráfico 3 refere-se as eleições municipais de 2004 e possui dados referentes a 78 das 146 cidades da mesorregião. O PMDB, PSDB, PFL/DEM e PTB conquistaram a maioria das cadeiras executivas e legislativas nesse ano. 6 partidos envolvidos na disputa eleitoral não conseguiram conquistar nenhuma cadeira nas cidades analisadas.

Os dados do gráfico 4 demonstram que os partidos que mais conquistaram cadeiras executivas foram o PSDB (24), PMDB (22), PTB (22) e o PT (22). Vale destacar a presença do PR, pois foi a primeira eleição em que o partido participou na região após sua criação em 2006. O partido fruto da fusão entre o PRONA e o PL possui um desempenho menor comparado aos partidos que mais conquistaram cadeiras executivas, porém, foi o 3º que mais conquistou cadeiras

legislativas. Nessa eleição, 2 partidos não conquistaram nenhuma cadeira na disputa eleitoral, sendo o PSOL e o PSTU.

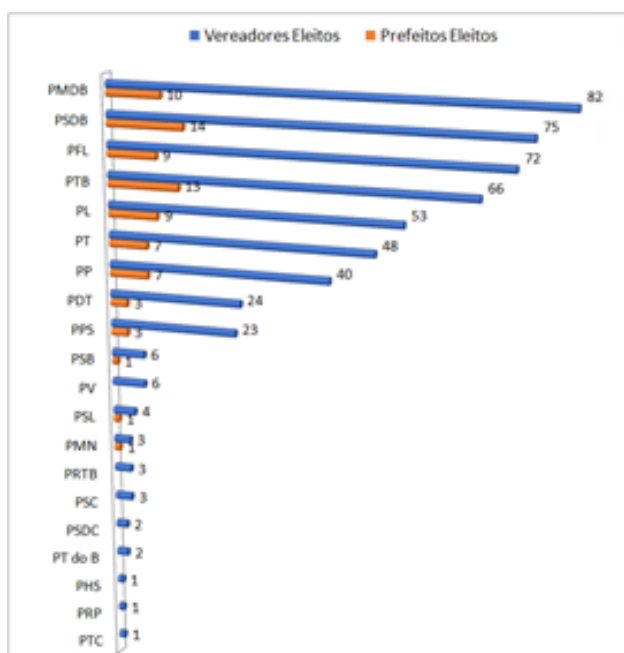
No Gráfico 5, observa-se que os partidos PT (30), PSDB (26), PMDB (18) foram os que mais conquistaram prefeituras nesse ano, com destaque para os dois primeiros que ganharam mais de 10 prefeituras em relação ao quarto lugar (PP com 14 prefeituras). Além destes partidos notamos a presença de partidos que conquistaram 10 ou mais prefeituras, são eles: PTB (12), DEM (11), PR (10). Ao compararmos o desempenho dos partidos em relação às disputas pelos cargos legislativos, encontramos que estes 7 partidos foram também aqueles que expressaram mais fortes na arena eleitoral em 2012 na região. Como se observa no gráfico, todos conquistaram mais de 70 vagas para os legislativos municipais, superando o 8º em 24 cadeiras. Outras organizações político-partidárias alcançaram uma expressão relevante na região, como no caso dos partidos PSD, PDT, PSD, PPS. Todos elegeram mais de 25 vereadores e pelo menos 2 prefeitos. O caso do PV chama atenção, já que o partido conquistou um número de 36 cadeiras nos legislativos municipais, mas elegeu apenas 1 prefeito. Este desempenho nas eleições para o executivo também pode ser notado nos partidos que expressaram menor inserção na região. Entre eles, destaca-se o PPL que elegeu apenas um vereador na região.

Gráfico 2 – Eleições de 2000 – Eleitos.



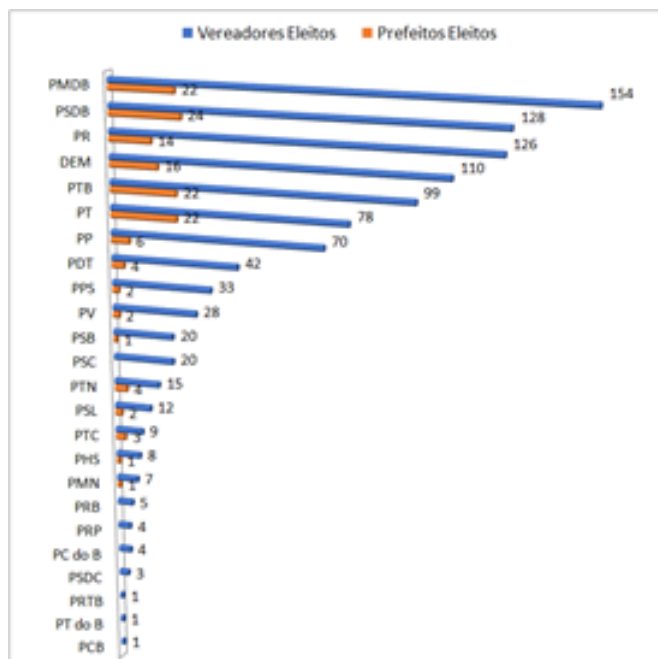
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Gráfico 3 – Eleições de 2004 – Eleitos.



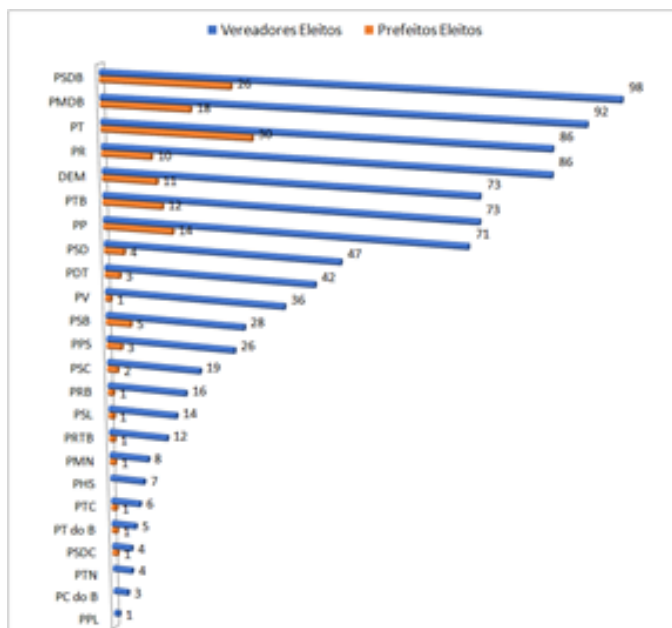
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Gráfico 4 - Eleições de 2008 – Eleitos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

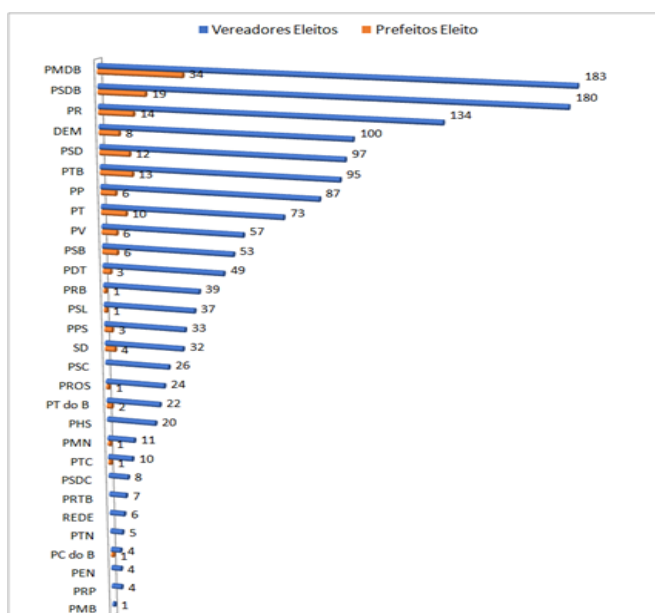
Gráfico 5 - Eleições de 2012 – Eleitos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Por fim, no gráfico 6 observa-se que no ano de 2016, os partidos que mais conquistaram cadeiras executivas e legislativas foram o PMDB, PSDB e PR. Vale destacar a inserção do PC do B na conquista de cadeiras, ainda que com um baixo desempenho, no ano de 2016 o partido conseguiu conquistar 1 cadeira executiva, diferente das últimas eleições. O partido conquistou a prefeitura da cidade de Guapé, encabeçando a coligação formada com o PSD / PRTB / PT / DEM.

Gráfico 6 – Eleições de 2016 – Eleitos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Com essas constatações, é possível fazer algumas observações em relação a representação local. Utilizando de uma classificação ideológica feita por Carreirão (2006), será considerado aqui partidos de direita: PP (PPB; PPR; PDS); PFL/DEM; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA; de centro: PMDB e PSDB; e de esquerda: PT; PDT; PPS; PC do B; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN. Assim, considerando os 8 partidos que possuem uma maior quantidade de votos para o executivo e o legislativo, observa-se que eles se constituem em partidos de esquerda, de centro e de direita. Em todas as eleições, os dois partidos de centro (PMDB e PSDB) são os que mais conquistam cadeiras na mesorregião. A presença dos partidos de esquerda (PT e PDT) também apontam uma marca de 2 partidos até as eleições de 2008; em 2012 e 2016, houve apenas 1 partido de esquerda que conquistou a maioria das cadeiras na mesorregião. Os partidos de direita (PFL/DEM; PPB; PL; PTB e PSD) representam a maioria entre os que mais conquistam cadeiras. Com isso, pode-se dizer que houve uma mudança no padrão local de representatividade, considerando que há uma diminuição dos partidos de esquerda na conquista dessas cadeiras.

3.4 As coligações nas 10 maiores cidades da Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais

Por fim, a análise das coligações nas disputas de prefeituras nas 10 maiores cidades da mesorregião lança nova luz sobre os resultados apresentados. Não pretendemos neste artigo investigar a relação de causalidade entre coligação e desempenho eleitoral, mas comparando a presença dos partidos e as coligações que formaram nas últimas 5 eleições é possível ampliar nossos achados. Nas 10 maiores cidades observamos que o número de coligações sofre um considerável aumento. Sendo que em 2016 registrou-se 21 alianças eleitorais na região. Nestas eleições mais organizações partidárias, nas 10 maiores cidades da região, aplicaram a estratégia de aliança eleitoral. Em parte, essa mudança pode estar relacionada ao aumento das legendas. Entretanto, no ano de 2016 observou-se uma menor tendência de se repetir relações de coligação em mais de uma cidade, predominando o número de alianças eleitorais em apenas um município (147 laços de coligação). Este dado sugere uma estratégia diversificada nas eleições

de 2016 em comparação com as anteriores, o que é confirmado pelo dos partidos participarem, em média, de 7 coligações nas 10 maiores cidades. Assim, observa-se que tais coligações provavelmente não respondem a afinidade de interesse.

Tabela 1 – Indicadores das redes de coligações entre 2000 e 2016.

Eleições	Nº de coligações por eleição	Nº partidos coligados por eleição	Média de Coligações por partido	Coligações NÃO repetidas pelos partidos	Coligações repetidas pelos partidos	Tendência para repetir coligações em mais de uma cidade
2000	11	23	4,35	47	27	0,57
2004	16	25	5,85	87	33	0,38
2008	S.I.*	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.	S.I.
2012	17	27	6,18	91	45	0,49
2016	21	32	7,02	147	39	0,27

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE. * Sem Informação.

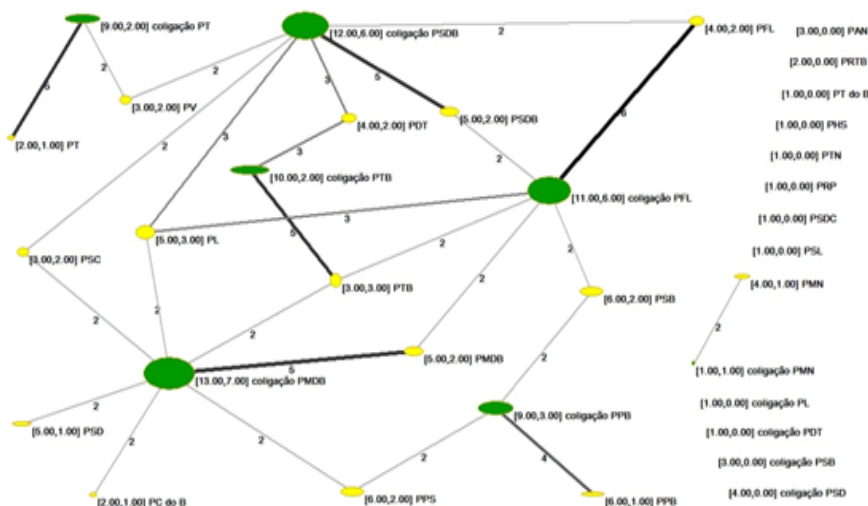
As figuras de 1 a 4, mostram as coligações entre os pleitos de 2000 e 2016⁵. Em 2000 as coligações mobilizaram a cooperação entre o mínimo de 9 e o máximo de 13 partidos. Nas eleições seguintes estes números passaram para 8 e 19 (em 2004), 8 e 21 (em 2012) e 6 e 24 (em 2016). As menores coligações foram encabeçadas pelos seguintes partidos PT, PPB, PDT, PSL e PSDB. Respectivamente estes partidos conquistaram 2, 1, 1, 1 e 3 prefeituras na mesorregião analisada. Já as maiores coligações foram lideradas pelas seguintes organizações: PMDB em 2000, PFL/DEM em 2004, PSDB em 2012 e PMDB em 2016. Os partidos que puxaram as coligações mais amplas venceram as disputas eleitorais em 2, 3, 3 e 2 cidades. O partido que adotou uma estratégia mais autônoma⁶ foi o PT. Em 2000, o PT liderou 5 coligações e participou de mais uma. Em 2004 e 2012, o PT liderou coligações em 8 cidades e participou em coligações de outros partidos em dois municípios. Em 2016, os partidos se envolveram em mais coligação lideradas por outros partidos. No caso do PT, por exemplo, esteve em 4 coligações lideradas por outros partidos. As figuras de 1 a 4 mostram as coligações que foram realizadas o apoio dos partidos quando uma coligação ocorreu em mais de uma cidade. O nome das coligações é dado pelo

⁵ Não há dados disponíveis sobre as coligações de 2008 no sítio do TSE.

⁶ Uma estratégia autônoma corresponde a encabeçar coligações em muitas cidades e participar pouco de coligações lideradas por outros partidos em outras cidades.

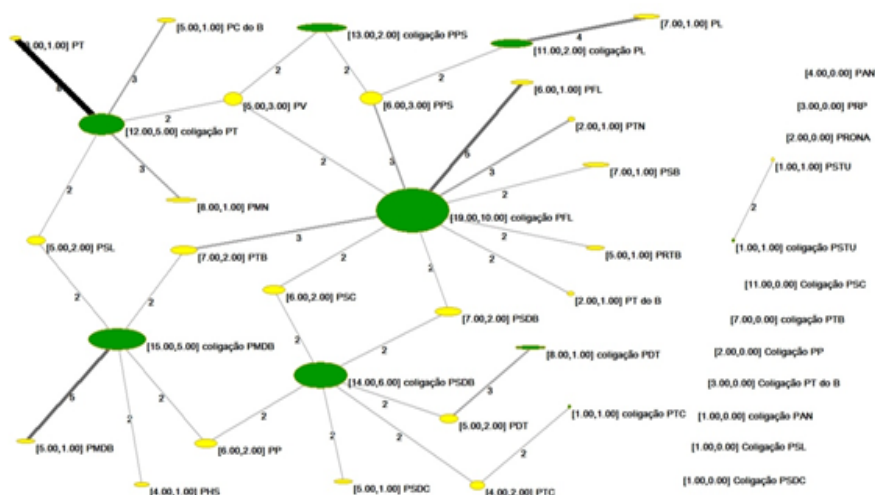
cabeça da chapa candidata à prefeitura. Além disso é possível ver (à direita das figuras) os partidos que não repetiram o apoio a uma mesma coligação ou não estabeleceu uma aliança eleitoral.

Alianças Eleitorais em 2000



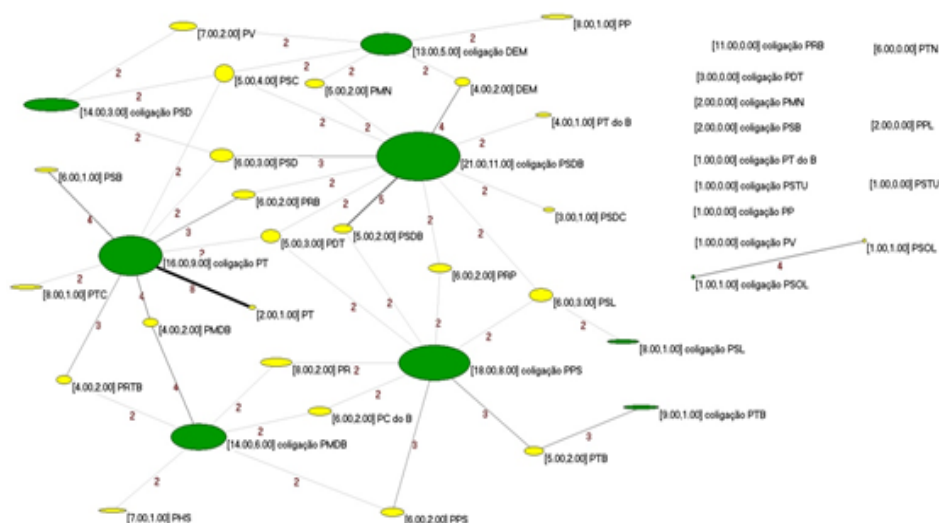
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Alianças Eleitorais em 2004



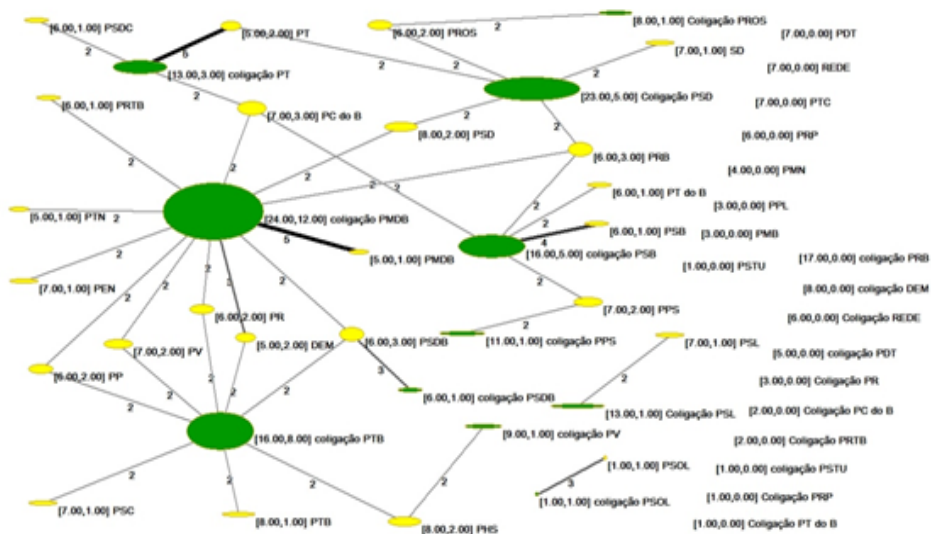
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Alianças Eleitorais em 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Alianças Eleitorais em 2016



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto até aqui, a análise das eleições e dos partidos políticos em âmbito

municipal possui suas peculiaridades e é importante analisá-las para se observar o sistema partidário brasileiro. A partir do painel criado sobre as organizações político-partidárias na mesorregião estudada, foi possível constatar uma marcante presença dos grandes partidos nacionais na região, os quais apresentam força na arena eleitoral. O PMDB, PSDB, PR e DEM, possuem um melhor desempenho quando se trata da conquista de cadeiras executivas e legislativas nas últimas 5 eleições recorrentemente, quando comparado com outros partidos. O PT, com um desempenho significativo, teve seu auge registrado até o momento nas eleições de 2012, quando conquistou 86 cadeiras legislativas e 30 cadeiras executivas. Porém, nas eleições de 2016, o partido conquistou 73 cadeiras legislativas e 10 cadeiras executivas, apontando uma queda no seu desempenho quando se trata da conquista de prefeituras.

Além disso, o aumento significativo na estratégia de realizar alianças eleitorais foi constatado nessa mesorregião, considerando ainda que, na eleição de 2016, houve uma menor tendência de se repetir as relações de coligação. A partir disso, os dados parecem indicar que os atores envolvidos no jogo político do Sul de Minas estão utilizando cada vez mais da prática de alianças eleitorais para maximizar suas chances de conquista de cadeiras.

Duas pautas serão enfrentadas como desdobramentos dessa fase da pesquisa: 1) qual é a tendência que podemos observar na relação entre as coligações nas 10 menores cidades da mesorregião e o desempenho eleitoral? 2) como partidos, em cidades sem segundo turno, escolhem seus parceiros eleitorais? A primeira pauta será tratada com os dados que já levantamos, mas a segunda exigirá uma pesquisa qualitativa com as lideranças locais dos partidos.

SIGLAS

DEM	Democratas
PAN	Partidos dos Aposentados da Nação
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Pacifista Brasileiro
PPL	Partido Pátria Livre
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRD	Partido da Real Democracia
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reestruturação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partidos Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional

Presença das organizações político-partidárias e as coligações nas 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, pp. 266 - 286

PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Maria do Socorro. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 4, p. 43-73, jul/dez de 2010.

CARNEIRO, Leandro; ALMEIDA, Maria Hermínia. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na Federação Brasileira. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 51, nº 2, p. 403-432, 2008.

CARREIRÃO, Yan. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163

CARREIRÃO, Yan. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 14, p. 255-295, mai/ago de 2014.

DOWNS, Anthony. A estática e a dinâmica de ideologias partidárias. In: **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GUARNIERI, Fernando. A força dos partidos “fracos”. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, p. 235-258, 2011. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/mbpk3f>>. Acesso em: 16 de março de 2017

IBGE. 2010. **Brasil em síntese**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 de jun de 2017.

Presença das organizações político-partidárias e as coligações nas 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, pp. 266 - 286

KINZO, Maria D'alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 20, nº 57, fev de 2005.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2003.

LINHARES, Bianca; MENDONÇA, Daniel. Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: **10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 2016, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos do 10º Encontro da ABCP, 2016.

LOPEZ, Félix Garcia. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº22, p. 153-177, jun. 2004

LUCAS, Kevin; SAMUELS, David. A “coerência” ideológica do sistema partidário brasileiro. In: POWER, Timothy; ZUCCO, Cesar (orgs.). **O Congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

MACHADO, Aline. **Alianças eleitorais**: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. XI, nº 2, p. 249-286, out de 2005,

MELO, Carlos Ranulfo. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 2, ago de 2015.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 1, p. 71-117, 2012.

Presença das organizações político-partidárias e as coligações nas 10 maiores cidades da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, pp. 266 - 286

NEIVA, Pedro. Disciplina partidária e apoio ao governo no bicameralismo brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 19, nº 39, p. 183-196, jun de 2011.

NOVAES, C. A. M. **Dinâmica institucional da representação** – individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 38, p. 99-147, março 1994.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 10, p. 225-265, jan/abr de 2013.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**. São Paulo: Edusp, 2002.

VEIGA, Luciana. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº 2, p.340-365, nov de 2007.